

**GOVERNO**

TERMO DE FOMENTO Nº 71/2022

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E O CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PATOS DE MINAS

O **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas - MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Luís Eduardo Falcão Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº ***.351.***-**, Carteira de Identidade nº MG-**.269.*** SSP – MG, residente e domiciliado na nesta cidade, e o **CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PATOS DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob nº. 04.371.553/0001-01, com sede a Rua Dores do Indaiá, nº 17, 1º andar – Bairro Centro, Patos de Minas, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo presidente Flausio Antônio Santos Olivieri, nacionalidade brasileira, portador do C.P.F nº ***.107.***-** e Carteira de Identidade nº M*.***.281 SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.084/2021, Lei Orçamentária Anual nº 8.173 de 20/12/2021, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 8.174 de 20/12/2021, **alterada pela Lei 8.330 de 26 setembro de 2022**, Decreto 4.515 de 26 de setembro de 2018, que delega competência para expedir atestado de funcionamento, Decreto Municipal nº 4.366/2017 que dispõe sobre as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil, consoante ao processo administrativo nº 2.604 de 08 de junho de 2022 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuição e auxílio), para a aquisição de equipamentos permanentes para os órgãos de segurança pública e melhorias na estrutura física da sede, do 12º Batalhão de Bombeiros Militar, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

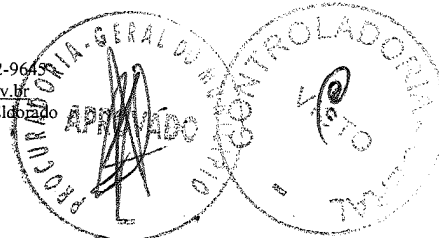
1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9649
Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado

1/12





II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

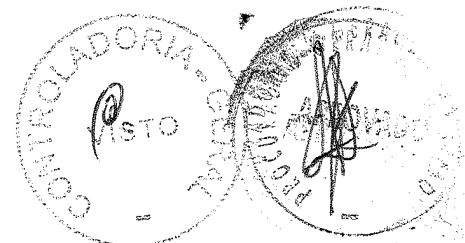
2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;





- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 228.592,21 (duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 228.592,21 (duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

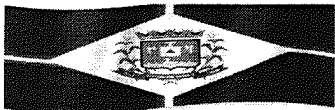
R\$ 173.959,80 (cento e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)

01.07.02.00.06.182.0003.2.0389, UG 01.07.02.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Gestão: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO, conforme discriminação abaixo:

Função: 06, Subfunção: 182, Programa: 0003, Despesa: 3.3.50.41.0000 – Contribuições Fonte: 01.0000.0000.0000 Recursos ordinários. (4.602)

R\$ 54.632,41 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos)

01.07.02.00.06.182.0003.2.0389, UG 01.07.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Gestão: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO, conforme discriminação abaixo:



141
Kauê

Função: 06, Subfunção: 182, Programa: 0003, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios, Fonte: 01.0000.0000.0000 Recursos ordinários. (4.610)

O valor acima será repassado em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 81.221-8, Agência nº 0190-2, – Banco do Brasil**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

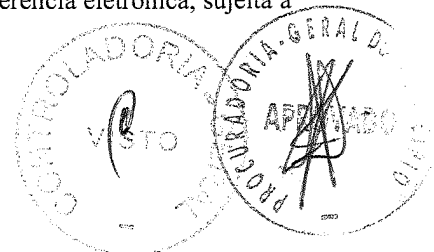
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.





I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, discriminando as despesas conforme estabelecido na Cláusula Primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da OSC para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III- realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

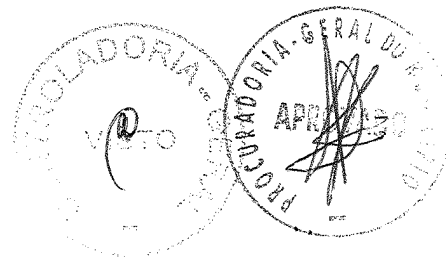
VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **30/06/2023**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.





143
Reuber

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

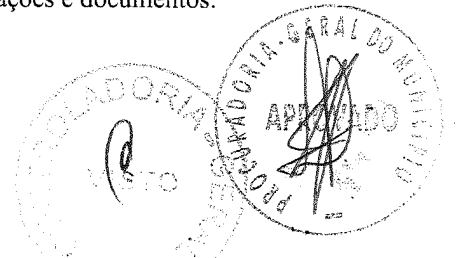
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;





II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

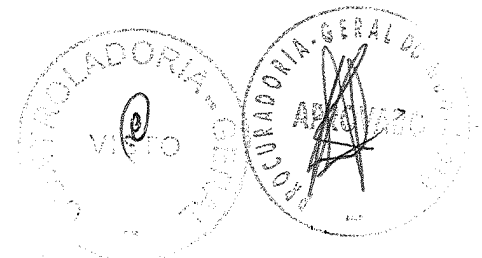
8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;





II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

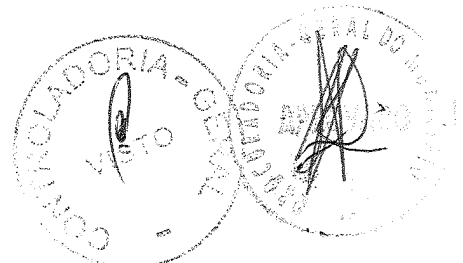
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:





I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

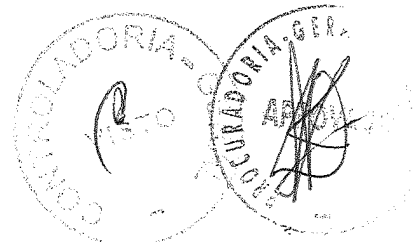
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.





9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

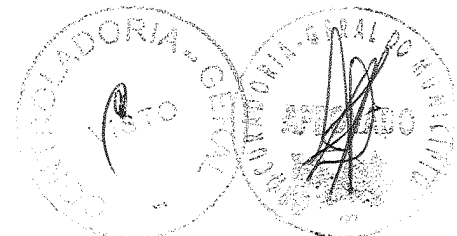
10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.





11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

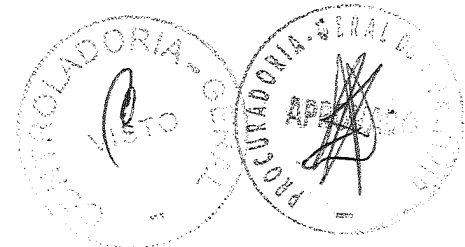
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

Setor de Convênios e Perceiras – Telef. (34) 3822-9645
Email: centralconvênios@patosdeminas.mg.gov.br
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado





I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Patos de Minas, 25 de novembro de 2022.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal

CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PATOS DE MINAS

Fláudio Antônio Santos Olivieri
Presidente

Testemunhas

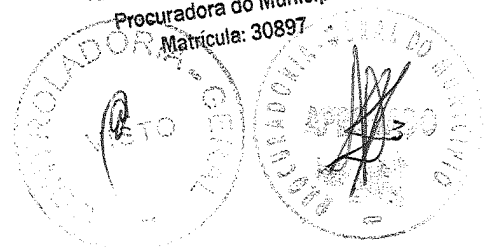
Nome:

Matrícula: 31021

Nome: Nathália Soares Silva

Matrícula: 35440

Carbiana de Sant'anna Miranda Eguchi
Procuradora do Município
Matrícula: 30897



150
Faltou

original, Assinatura: 23/11/2022. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

25/11/2022 a 30/06/2023. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

1º aditivo ao Termo de Fomento nº 05/2022, Organização da Sociedade Civil: Associação De Pais e Amigos Dos Excepcionais De Patos De Minas, Objeto: Tem por objeto a alteração do Plano de Trabalho e acréscimo de R\$ 258.934,78 (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos), representando 35,9135 % sobre o valor repassado pelo Município do Termo de Fomento original, Assinatura: 23/11/2022. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Justificativa nº 69/2022, processo 2.014/2022. O Município de Patos de Minas entende-se inexigível o chamamento público, para celebração da parceria com a Associação dos Remanescentes dos Quilombos das Famílias Teodoro de Oliveira e Ventura - ARQTOV, Na forma do §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser protocolada através do endereço eletrônico: <https://patosdeminas.prefeituras.net/>. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 65/2022, Organização da Sociedade Civil: Liga Patense de Ciclismo, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições) visando a realização de eventos esportivos (ciclismo) para adultos, adolescentes e crianças, valor: R\$ 26.997,50 (vinte e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), Vigência: 25/11/2022 a 28/02/2023. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Secretaria Municipal de Saúde

Expediente

Termo de Fomento nº 66/2022, organização da sociedade civil: Associação Paraolímpica Patense – APP, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (auxílio financeiro) para cobrir despesas com aquisição de placar eletrônico e dispositivo de computador para controle (notebook), valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) vigência: 25/11/2022 a 28/02/2023. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO A CONTRATO// TERMO ADITIVO: 4º ADITIVO ao contrato nº 13/2019. Inexigibilidade por Credenciamento nº05/2019, contratado: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FMF LTDA ME. Objeto: Prorrogação de vigência até 31/12/2023. Data de assinatura: 22/11/2022. Patos de Minas, 23 de novembro de 2022. Luis Eduardo Ferreira Falcão - Prefeito Municipal.

Termo de Fomento nº 67/2022, Organização da Sociedade Civil: Associação ABBA, Pai em Patos de Minas, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenção), visando acolhimento de adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, Valor: R\$ 279.976,45 (duzentos e setenta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos) Vigência: 25/11/2022 a 31/12/2023. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 115/2022 – PROC. 218/2022 – Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de fisioterapia para os diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde, Limite de acolhimento das Propostas: Dia 08/12/2022 às 12:59 (doze horas e cinquenta e nove minutos); Início da Sessão de Disputa de Preços: Dia 08/12/2022 às 13:00 (treze horas). Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo encontra-se disponível nos sites: <http://www.transparencia.patosdeminas.mg.gov.br/paginas/publico/lei12527/licitacoes/consultarLicitacao.xhtml?tipo=int> e www.licitanet.com.br. Maiores informações, junto à Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas à Rua Ana de Oliveira, nº 645, – Centro– Patos de Minas/MG, CEP 38.700-006. Fone 34 3822 9801.

Termo de Fomento nº 68/2022, Organização da Sociedade Civil: Conselho De Segurança Pública De Patos De Minas, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuição), para aquisição de camisetas para os alunos do PROERD (Programa Educacional de Resistência as Drogas e à Violência), valor: R\$ 4.984,20 (quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos) vigência: 25/11/2022 a 31/05/2023. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

SEGUEM NAS PRÓXIMAS PÁGINAS AS JUSTIFICATIVAS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DOS DECRETOS 5.334/22, 5.342/22, 5.343/22, 5.346/22, 5.349/22, 5.350/22, 5.351/22, 5.352/22, 5.353/22, 5.354/22, 5.355/22. PUBLICADOS NESTA EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS.

Termo de Fomento nº 69/2022, Organização da Sociedade Civil: Conselho De Desenvolvimento Comunitário De Baianos e Café Patense, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (subvenção e auxílio), visando cobrir despesas de manutenção da entidade e aquisição de uma roçadeira, Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais) vigência: 25/11/2022 a 28/02/2023. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

CONTEÚDO

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade de seus emissores: Órgãos Públicos, Entidades e, demais interessados. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, telefone: (034) 3822-9680 – Diretoria de Comunicação Social.

Termo de Fomento nº 70/2022, Organização da Sociedade Civil: Orquestra Filarmônica de Patos De Minas, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições), Visando a realização de um concerto de fim de ano e uma apresentação didática direcionada ao público em idade escolar pra cidade de Patos de Minas, com gratuidade e livre acesso do público, Valor: R\$ 49.700,00 (quarenta e nove mil e setecentos reais), Vigência: 25/11/2022 a 31/05/2023. Patos de Minas, 25 de novembro de 2022. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

DIÁRIO OFICIAL DE PATOS DE MINAS

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA
Prefeito Municipal

Endereço: Rua Doutor José Olympio de Mello, 151 – Bairro Eldorado – Patos de Minas/MG. Telefone: (34) 3822-9680.

CAROLINA FILARDI TAFURI
MÁRCIA CHRISTINA DE S. O. CAIXETA
Diagramação

Termo de Fomento nº 71/2022, Organização da Sociedade Civil: Conselho De Segurança Pública De Patos De Minas, Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuição e auxílio), para a aquisição de equipamentos permanentes para os órgãos de segurança pública e melhorias na estrutura física da sede, Valor: R\$ 228.592,21 (duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos), Vigência:

Órgão Oficial do Município de Patos de Minas, criado pela Lei n.º 7.687 de 28 de novembro de 2018 e regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 4.703, de 03 de outubro de 2019.

Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas - CONSEP

CNPJ: 04.371.553/0001-01

Rua Dolores do Indaiá nº 17, 1º Andar, Centro, Patos de Minas - MG, CEP 38700-140

Tel.: (34) 3821-4116/ e-mail: consepatos@gmail.com

02
Hallita**PLANO DE TRABALHO****1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**

| | | | |
|---|--|-----------------------------------|-----------|
| Razão Social Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas (CONSEP) | | CNPJ 04.371.553/0001-01 | |
| Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dolores do Indaiá nº 17, 1º andar | | | |
| Bairro Centro | Cidade Patos de Minas | CEP 38700-140 | |
| E-mail da Instituição consepatos@gmail.com | Site da instituição http://www.facebook.com/conseppatos/ | | |
| Telefone 1 (34) 3821-4116 | Telefone 2 () | Telefone 3 () | |
| Número da conta corrente: 81.221-8 | Agência: 0190-2 | Banco: Brasil S/A | Operação: |

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

| | | |
|--|-------------------|----------------------------|
| Nome Fláusio Antônio Santos Olivieri | | CPF: |
| Nº RG | Órgão Expedidor | Cargo Presidente |
| Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) | | |
| Bairro | Cidade | Período de Mandato |
| Telefone 1 | Telefone 2 () | Telefone 1 () |

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

| | |
|---|--|
| Identificação do Projeto/Atividade Aquisição de equipamento permanente para os órgãos de segurança pública e melhorias na estrutura física da sede do 12º Batalhão de Bombeiros Militar | |
| Período de Execução 07 meses após a data da assinatura. | Nº de Beneficiários que serão atendidos 150.000 habitantes |
| Abrangência Município de Patos de Minas | Valor recurso do Município(R\$) R\$ 228.592,21 Valor Contrapartida da OSC(R\$) R\$0 Valor total(R\$) R\$228.592,21 |
| Justificativa Dotar os órgãos de segurança pública com equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo e melhorar a estrutura física da sede do 12º Batalhão de Bombeiros Militar. | |
| Descrição do Projeto/Atividade O direito à Segurança Pública é um direito fundamental, dever do Estado, com a colaboração de todos (art. 144 da CF). Neste sentido, o trato da segurança pública deve caminhar cada vez mais para a integração e articulação entre órgãos de segurança pública e a sociedade. Para tanto, revela-se primordial a conjugação de esforços | |

Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas - CONSEP

CNPJ: 04.371.553/0001-01

Rua Dores do Indaiá nº 17, 1º Andar, Centro, Patos de Minas - MG, CEP 38700-140

Tel.: (34) 3821-4116/ e-mail: consepatos@gmail.com

3
Hallita

para a adoção de medidas que colaborarem nas atividades de prevenção e preservação da ordem pública no âmbito municipal.

Um dos objetivos do CONSEP de Patos de Minas é a adoção de medidas que tragam melhores condições de trabalho aos órgãos de segurança pública.

Logo, é imprescindível que o município desenvolva ações em parceria com o CONSEP, efetuando repasse financeiro para reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública, visando a maior eficiência e otimização dos serviços realizados.

4. CAPACIDADE TÉCNICA / QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Conforme Termo de fomentos nº 83/201, 84/2017, 20/2018, 43/2018, 49/2018 e 64/2019.

5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto (Geral e Específico)

OBJETO:

OBJETIVO GERAL:

Aquisição de materiais permanentes para os órgãos de segurança pública e melhorias na estrutura física da sede do 12º Batalhão de Bombeiros Militar

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Contribuir com a prestação do serviço de segurança pública

Oferecer condições materiais aos profissionais de segurança pública.

Dotar os órgãos de segurança pública com equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo

5.2. Resultados esperados

Maior eficiência e otimização dos serviços realizados pelos órgãos de segurança pública.

5.3. Metas

Aquisição de materiais permanentes para os órgãos de segurança pública, voltados ao emprego operacional e administrativo.

Melhorias na estrutura física da sede do 12º Batalhão de Bombeiros Militar

5.4. Público beneficiário

Pessoas com interesses voltados para a Segurança Pública.

5.5. Forma de execução das atividades

Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas - CONSEP

CNPJ: 04.371.553/0001-01

Rua Dores do Indaiá nº 17, 1º Andar, Centro, Patos de Minas - MG, CEP 38700-140

Tel.: (34) 3821-4116/ e-mail: consepatos@gmail.com

09
Kubica**Aquisição de equipamentos permanentes para:**

Presídio Sebastião Satiro – 01 notebook, 02 ar-condicionado e 02 caixinhas de som PC.

Polícia Militar – 02 kits de proteção individual para motociclistas (GPMOR), 08 cadeiras, 01 ar-condicionado.

Polícia Civil – 04 notebooks.

Corpo de Bombeiros – 01 micro-ondas 34L, 01 fritadeira elétrica air fryer 5,5L, 01 ferro de passar a vapor, 01 tábua de passar em madeira, 01 TV smart 4k 50”, 01 sanduicheira grill, 01 liquidificador industrial 2L, 01 conjunto sofá 3 e 2 lugares em couro preto.

Olho Vivo – 07 câmeras de segurança (DS-2CD2623G0-IZS).

Centro de Internação Provisória (CEIP) de Patos de Minas - 08 estabilizadores de energia

12º Batalhão de Bombeiros Militar - reforma da sede.

5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

Verificação in loco, fotografias, notas fiscais e prestação de contas.

5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

| Nome | Formação | Função | Carga horária semanal |
|------|----------|--------|-----------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |

6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR (RS) |
|--|-----------------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | |
| Material de Consumo | R\$ 8.182,80 |
| Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica | R\$ 165.777,00 |
| Aluguel/Locação | |
| Materiais Permanentes e Obras | R\$ 54.632,41 |
| TOTAL | RS228.592,21 |

6.1 Detalhamento das despesas

| 6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais | | | | | |
|---|--------------------|-------|----------|--------------|------------------------|
| Item | Especificação/Nome | Cargo | Qtde/mês | Valor mensal | Valor Total da despesa |
| | | | | | |
| | | | | | |

| | | | | | |
|--|-----------------|--|--|--|--|
| | | | | | |
| | Subtotal | | | | |

| 6.1.2 Material de Consumo | | | | | | |
|---------------------------|--------------------|--------------|------------------|-------------------|-----------------|---------------------------|
| Item | Especificação | Qtde/ mês | Qtde /produto | Valor Unitário | Valor mensal | Valor Total da despesa |
| 01 | Capacete | | 02 | 1.699,00 | | 3.398,00 |
| 02 | Joelheira | | 02 | 1.998,00 | | 3.996,00 |
| 03 | Cotoveleira | | 02 | 149,00 | | 298,00 |
| 04 | Luva | | 02 | 129,00 | | 258,00 |
| 05 | Caixinha de Som PC | | 02 | 116,40 | | 232,80 |
| | Subtotal | | | | | 8.182,80 |

Obs.: Deverá ser bem especificado (Se é em caixas e quantas unidades)

| 6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica | | | | |
|--|---|-------|-------------------|---------------------------|
| Item | Especificação | Qtde/ | Valor Unitário | Valor Total da despesa |
| 01 | Adaptação e reforma dos boxes onde fica academia e depósito do Corpo de Bombeiros. Fechamento dos boxes com laje 146,09 m ² , blindex 3,85x2,20 na academia, 5 janelas 2x1, 3 portões de correr 2x2,20, parte elétrica, demolição de parede 18 m ² , fechamento do box com parede 18 m ² , pintura 180 m ² , regularização e colocação de piso emborrachado 70,41 m ² . | 01 | 43.077,00 | 43.077,00 |
| 02 | Reforma da sala de operações (impermeabilização da laje 12,09 m ² , cortinas blackout nas janelas (3 janelas de 1x1,50), rufos no telhado. | 01 | 2.300,00 | 2.300,00 |
| 03 | Corrimão escada da administração (fabricação, pintura e instalação) 40 metros | 01 | 4.200,00 | 4.200,00 |
| 04 | Colocação de cortinas nas janelas do alojamento de subtenentes e sargentos 12x1,20m | 01 | 1.200,00 | 1.200,00 |
| 05 | Adaptação e reforma dos boxes onde fica os compressores e depósito do CBMMG através de mão de obra e fornecimento do material necessário. Fechamento dos boxes, com laje 94,86 m ² , 3 portas blindex 2,20x2,20, 4 janelas 2x1, 1 janela 0,6x0,3, parte elétrica, fechamento do banheiro/alojamento com parede 18 m ² , pintura 206 m ² , colocação de acessórios no banheiro, instalação hidráulica e elétrica, regularização e colocação de granitina 94,86 m ² . | 01 | 59.041,91 | 59.041,91 |
| 06 | Piso interno. Regularização do piso, colocação de piso em granitina com acabamento. | 01 | 53.258,09 | 53.258,09 |

Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas - CONSEP

CNPJ: 04.371.553/0001-01

Rua Dores do Indaiá nº 17, 1º Andar, Centro, Patos de Minas - MG, CEP 38700-140

Tel.: (34) 3821-4116/ e-mail: consepatos@gmail.com

06
Linha

| | | | | |
|----|--|----|----------|-------------------|
| 07 | Substituição de telha translúcida. | 01 | 1.500,00 | 1.500,00 |
| 08 | Revisão e reparo de parte elétrica e hidráulica. | 01 | 1.200,00 | 1.200,00 |
| | Subtotal | | | 165.777,00 |

| 6.1.4 Aluguel/Locação | | | | | |
|-----------------------|-----------------|------------------------------|-------------------|-----------------|------------------------|
| Item | Especificação | Qtde/ mês ou evento | Valor Unitário | Valor mensal | Valor Total da despesa |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | Subtotal | | | | |

| 6.1.5 Equipamentos/materiais permanentes e obras | | | | |
|--|--|-------------------|-------------------|---------------------------|
| Item | Especificação | Qtde/m aterial | Valor Unitário | Valor Total da despesa |
| 01 | Ar condicionado 18.000 btu's inverter | 01 | 3.553,23 | 3.553,23 |
| 02 | Cadeira giratória presidente | 08 | 1.099,00 | 8.792,00 |
| 03 | Notebook | 05 | 3.250,00 | 16.250,00 |
| 04 | Ar condicionado 9.000 btu's inverter | 02 | 2.564,05 | 5.128,10 |
| 05 | Câmeras de segurança (DS-2CD2623G0-IZS) | 07 | 1.666,67 | 11.666,69 |
| 06 | Switch de mesa 5 portas 10/100 mbps | 01 | 333,31 | 333,31 |
| 07 | Micro-ondas 34L | 01 | 899,00 | 899,00 |
| 08 | Fritadeira elétrica air fryer 5,5L | 01 | 699,00 | 699,00 |
| 09 | TV smart 4k 50" | 01 | 2.899,00 | 2.899,00 |
| 10 | Conjunto Sofá 3 e 2 lugares em couro preto | 01 | 2.500,00 | 2.500,00 |
| 11 | Estabilizador de energia 500va | 08 | 239,01 | 1.912,08 |
| | Subtotal | | | 54.632,41 |

| | |
|--------------------|----------------------|
| TOTAL GERAL | R\$228.592,21 |
|--------------------|----------------------|

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

| REPASSES | | | | | |
|----------|--|--|--|--|--|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

07
6/10

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

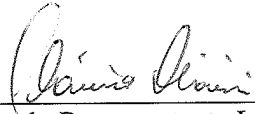
A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

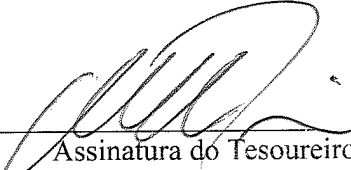
Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas - MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em 27 de _____ de 2022.



Assinatura do Representante Legal (Presidente)



Assinatura do Tesoureiro da OSC

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de _____.



Assinatura Administrador Público - Secretário Ordenador da Despesa



Termo de Ciência e Recebimento

Eu, FLÁUSCO ANTÔNIO SANTOS OLIVEIRA, responsável pela OSC CONSEB, inscrita no CNPJ 04.871.553/0001-01

DECLARO que estou ciente das informações prestadas pelo setor de Convênios e Parcerias, quanto ao instrumento firmado entre a OSC e o Município de Patos de Minas, e que recebi o Manual de procedimentos, desse modo, segue a baixo resumo das informações:

Manual de Procedimentos

1. Da Vigência, Valor e Objeto:

- 1.1 O instrumento terá validade até a data: 30/06/23
1.2 O valor do repasse anual é de: 28.592,4 em 01 parcelas.
1.3 O Objeto do convênio resume-se em:

Aquisição de equipamentos permanentes p/ os órgãos de Segurança Pública e melhorias na estrutura física da sede.

2. Das Alterações

Qualquer alteração no plano de trabalho a instituição deverá solicitar, conforme orientação abaixo:

2.1 Entrar com o Requerimento Aditivo 30 dias antes do término da vigência. O formulário está localizado no site da Prefeitura/ Terceiro Setor/ Legislação <http://terceirosetor.patosdeminas.mg.gov.br/documento/publico>.

2.2 O requerimento de aditivo deverá ser anexado juntamente com a cópia do termo originário e seus respectivos aditivos com o plano de trabalho originário e modificado, deverá ser protocolado na prefeitura

2.3 Alteração da vigência:

2.3.1 Documentação: Vide 2.1

2.4 Alteração no quadro de funcionários:

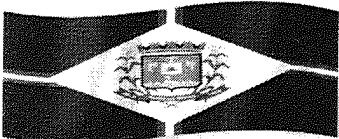
2.4.1 E-social

2.4.2 Memória de cálculo

2.4.3 Plano modificado

2.5 Alteração material de consumo:

2.5.1 Três orçamentos



2.5.2 Plano de trabalho

OBS.: As alterações somente poderão ser realizadas pela instituição, após o aditivo assinado e publicado.

3. **Prestação de Contas**

Responsável: Controladoria 3822 9888

3.1 Deverá ser apresentado até **30 dias** após a vigência do termo.

3.2 Todo pagamento realizado pela OSC, deverá ser feita na data de vigência do termo.

3.3 Se caso o valor do orçamento apresentado no ato do plano de trabalho, estiver muito alterado, a OSC deverá realizar mais 2 orçamentos para demonstração que alteração do valor de mercado.

3.4 A instituição deverá executar o projeto somente a **partir** da data de recebimento do recurso na conta informada pela mesma.

Declaro que tenho ciência de todas as informações e assino:

(Nome completo legível e rubrica)

Patos de Minas, 28 de NOVEMBRO de 2022

